



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Garantir a segurança da água potável

A qualidade da água abastecida pela SAAM atingiu já os padrões internacionais e, nos últimos anos, foi sempre considerada de “alta qualidade”. A situação da segurança do abastecimento secundário de água potável nos edifícios não é optimista. Recentemente, desloquei-me a um edifício e descobri que o seu reservatório de água não era alvo de limpeza há muitos anos, estava com muitas baratas e tinha péssimas condições sanitárias, situações que ameaçam a saúde dos moradores.

Nos últimos anos, as autoridades desenvolveram muitos trabalhos na promoção da segurança do abastecimento secundário de água aos edifícios, por exemplo, implementaram, em Setembro de 2018, o “Programa de garantia de qualidade de água em edifícios”, que conseguiu alcançar bons resultados, pois, até Agosto do corrente ano, 266 edifícios obtiveram o “Certificado – Nível avançado” e 144 obtiveram o “Certificado – Nível de iniciação”. No entanto, existem em Macau mais de 1300 edifícios altos, dos quais apenas 31,5% aderiram ao referido Programa, isto é, muitos não aderiram ainda ao Programa.

O “Programa de garantia de qualidade de água em edifícios” tem um grande significado para a salvaguarda da segurança do abastecimento secundário de água. No entanto, o referido Programa não é suficientemente incentivante e atractivo, fazendo com que algumas entidades de administração predial percam interesse em aderir ao Programa, nomeadamente, as pequenas empresas de administração predial e as assembleias de condóminos.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

A segurança da água potável tem implicações com a saúde dos residentes, no entanto, muitos proprietários não dão importância à segurança da água potável dos edifícios, negligenciando, ao longo do tempo, os trabalhos de manutenção e reparação dos equipamentos do abastecimento secundário de água, tais como os reservatórios de água dos edifícios, portanto, a consciência dos residentes sobre a segurança da água potável ainda deve ser elevada. Para além disso, as respectivas leis e regulamentos devem ser, em tempo oportuno, alvo de estudo e revisão, para assim reforçar a fiscalização da legislação relativa ao abastecimento secundário de água e concluir o último quilómetro do percurso da corrida da segurança da água potável.

Face ao exposto, interpele sobre o seguinte:

1. As autoridades efectuaram muitos trabalhos de divulgação sobre a segurança da água potável, mas, mesmo assim, têm de efectuar em tempo oportuno a respectiva revisão e melhoria, tendo em conta os resultados daqueles trabalhos. Neste momento, muitos proprietários não sabem nada sobre o estado de higiene dos reservatórios de água, a periodicidade e frequência da limpeza dos mesmos, etc., o que demonstra a necessidade de reforçar a consciência dos residentes sobre a segurança da água potável. Assim sendo, as autoridades devem adoptar medidas mais eficazes para elevar a consciência dos residentes sobre a segurança no abastecimento de água potável, no sentido de incentivar os proprietários a tomarem a iniciativa de exigir às empresas de administração predial que reforcem a segurança do abastecimento secundário de água. Que medidas vão então adoptar para o efeito?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

2. O Regulamento de Águas e de Drenagem de Águas Residuais de Macau (adiante designado por “Regulamento”), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 46/96/M, entrou em vigor há mais de 20 anos, e algumas das suas normas já estão desactualizadas. Segundo o Regulamento, os reservatórios de água para consumo humano estão sujeitos a operações de inspecção e limpeza, mas não há menção de nenhuma entidade de fiscalização para o efeito, o que faz com que as disposições se tornem inúteis. Em Março de 2016, na resposta a uma interpelação escrita de um deputado, o Governo afirmou que a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e a Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água já tinham iniciado os trabalhos de revisão do Regulamento, mas até agora nada se viu sobre essa revisão. O Governo deve proceder a estudos e à revisão global do referido Regulamento, com vista a que este acompanhe a evolução dos tempos e a que acompanhe estreitamente o desenvolvimento socioeconómico. Vai fazê-lo? Quando é que se prevê o início dos respectivos trabalhos?

23 de Outubro de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Chan U